

A acessibilidade na educação superior: da eliminação de barreiras ao processo institucional

Accessibility in higher education: from barrier removal to an institutional process

La accesibilidad en la educación superior: de la eliminación de barreras al proceso institucional

DOI: 10.54901/educa.v9-468

Matheus Dourado Stieler¹

Wilhem Wehn²

Wilton Dourado Teixeira³

Pedro Stieler⁴

RESUMO: A produção científica sobre acessibilidade consolidou diferentes dimensões voltadas à compreensão das condições de acesso, participação e permanência das pessoas com deficiência em contextos sociais e educacionais. Embora essas dimensões tenham ampliado significativamente o campo de investigação, suas articulações durante a constituição dos processos educativos permanecem pouco exploradas na literatura. Este artigo tem por objetivo analisar a construção conceitual da acessibilidade na educação superior, discutindo sua constituição como processo institucional. Desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em revisão narrativa da literatura e análise interpretativa de referenciais produzidos pela educação superior, educação especial, educação bilíngue, educação a distância, Desenho Universal para a Aprendizagem e políticas públicas. O percurso interpretativo permitiu identificar convergências entre diferentes referenciais teóricos, evidenciando que políticas institucionais, organização pedagógica, comunicação, tecnologias, materiais didáticos, mediação da aprendizagem e práticas acadêmicas estabelecem articulações permanentes durante a constituição dos processos educativos. A partir dessa reorganização da unidade de análise, propõe-se a categoria processo institucional, compreendida como uma perspectiva interpretativa capaz de analisar a acessibilidade pelas interdependências que estruturam a educação superior. Conclui-se que essa categoria preserva as dimensões consolidadas pela literatura, ao mesmo tempo em que amplia as possibilidades de investigação ao orientar a análise para os processos que articulam as condições de acesso, participação e permanência dos estudantes, oferecendo uma nova perspectiva teórica para os estudos sobre acessibilidade na educação superior.

Palavras-chave: acessibilidade; educação superior; processo institucional; inclusão; unidade de análise.

¹ Especialista em Pedagogia, Faculdade Uníntese (UNÍNTESE), Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: matheus.douradostieler@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-4170-3180>

² Especialista em Coordenação de Curso – Tecnologia, Faculdade Uníntese (UNÍNTESE), Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: contato@unintese.com.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-6575-9657>

³ Mestre em Coordenação de Curso – Libras, Faculdade Uníntese (UNÍNTESE), Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: wiltomdourado@unintese.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5434-6520>

⁴ Mestre em Educação nas Ciências, Faculdade Uníntese (UNÍNTESE), Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: Pedro.stieler@unintese.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-9237-178X>

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade ocupa lugar crescente nas discussões produzidas pela educação, pela educação especial, pela arquitetura, pela comunicação, pelas tecnologias digitais e pelas políticas públicas. O desenvolvimento desse campo de investigação modificou progressivamente a forma de compreender as condições de participação das pessoas com deficiência, incorporando aspectos relacionados à comunicação, aos recursos tecnológicos, à organização pedagógica e às políticas institucionais. Ao sistematizar esse percurso, Sassaki (2009) demonstra que a acessibilidade ultrapassa as adaptações arquitetônicas e passa a ser compreendida por diferentes dimensões voltadas à eliminação de barreiras presentes nos diversos espaços sociais. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) incorpora esse entendimento ao reconhecer que a acessibilidade envolve condições necessárias ao exercício da cidadania, da autonomia e da participação social.

A sistematização dessas diferentes dimensões consolidou um repertório teórico voltado à compreensão da acessibilidade. As dimensões arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática, atitudinal, digital e linguística passaram a orientar investigações produzidas em diferentes campos do conhecimento, aprofundando aspectos específicos relacionados às condições de acesso, participação e permanência das pessoas com deficiência. Esse percurso fortaleceu a produção científica sobre acessibilidade e diversificou as perspectivas utilizadas para sua interpretação.

A consolidação dessas diferentes dimensões também evidencia um novo desafio para a investigação científica. A literatura apresenta um conjunto consistente de estudos dedicados à compreensão de cada uma dessas dimensões, enquanto ainda recebem menor atenção analítica voltadas às articulações identificadas entre elas na forma como a educação superior estrutura seus processos. Nesse contexto, políticas institucionais, organização pedagógica, mediação, recursos tecnológicos, materiais didáticos e formas de comunicação participam simultaneamente da constituição dos processos educativos, indicando que a acessibilidade pode ser compreendida pelas relações que esses diferentes elementos estabelecem entre si.

A discussão desenvolvida neste artigo parte dessa aproximação para analisar a construção conceitual da acessibilidade na educação superior. Os referenciais desenvolvidos pela literatura permitem identificar uma reorganização conceitual, no qual diferentes dimensões deixam de constituir referências examinadas de forma isolada e integram uma mesma unidade de análise. A categoria processo institucional decorre dessa reorganização conceitual e orienta

a interpretação das articulações identificadas entre políticas institucionais, organização pedagógica, comunicação, tecnologias, mediação, materiais didáticos e práticas acadêmicas.

Este artigo tem por objetivo analisar a construção conceitual da acessibilidade na educação superior, discutindo sua constituição como processo institucional. Para tanto, desenvolve uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em revisão narrativa e análise interpretativa da produção científica e documental dedicada à acessibilidade na educação superior.

2 A CONSTRUÇÃO CONCEITUAL DA ACESSIBILIDADE

A construção conceitual da acessibilidade passou a incorporar referenciais provenientes de diferentes campos do conhecimento, movimento que ampliou progressivamente as formas de compreender a participação das pessoas com deficiência nos diversos espaços sociais. Educação, educação especial, arquitetura, comunicação, tecnologias digitais e políticas públicas passaram a incorporar esse conceito sob diferentes perspectivas, produzindo interpretações distintas que ampliaram seu campo de investigação e sua organização teórica. As contribuições produzidas em diferentes campos do conhecimento favoreceram o desenvolvimento de distintas dimensões da acessibilidade, responsáveis por aprofundar aspectos específicos relacionados às condições de acesso, participação e permanência em contextos sociais e educacionais. A convergência entre esses diferentes referenciais revela uma reorganização conceitual que ultrapassa a descrição de dimensões isoladas e conduz à compreensão da acessibilidade como um processo constituído pelas articulações identificadas entre elas. Esse percurso aproximou diferentes dimensões da acessibilidade e ampliou as possibilidades de interpretá-las na educação superior.

2.1 A ampliação do Conceito de Acessibilidade

As primeiras discussões sobre acessibilidade concentravam-se na eliminação de barreiras físicas que restringiam o acesso das pessoas com deficiência aos diferentes espaços sociais. Essa compreensão orientou importantes avanços relacionados à circulação, ao uso dos ambientes e ao exercício de direitos fundamentais, constituindo uma etapa significativa na consolidação das políticas públicas voltadas à inclusão. Ao sistematizar esse percurso, Sassaki (2009) demonstra que a acessibilidade deixou de estar associada exclusivamente às barreiras arquitetônicas e passou a incorporar dimensões comunicacionais, metodológicas, instrumentais,

programáticas e atitudinais, ampliando o conjunto de condições necessárias à participação social das pessoas com deficiência.

O desenvolvimento desse conceito também acompanhou mudanças produzidas na forma de compreender a deficiência e os direitos das pessoas com deficiência. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reconhece que as barreiras presentes na sociedade resultam da interação entre os impedimentos individuais e os obstáculos existentes nos diferentes contextos sociais, deslocando a atenção para as condições que favorecem ou limitam a participação das pessoas com deficiência (Brasil, 2009). No contexto brasileiro, essa compreensão é incorporada pela Lei Brasileira de Inclusão, que passa a reconhecer a acessibilidade como condição necessária ao exercício da cidadania, da autonomia e da participação social (Brasil, 2015). Observa-se, assim, uma reorganização conceitual no qual a eliminação de barreiras permanece relevante, enquanto novas dimensões integram a compreensão da acessibilidade.

O desenvolvimento desse conceito também repercute na produção científica voltada à educação. A participação das pessoas com deficiência deixa de ser analisada exclusivamente pelas características individuais e passa a incorporar elementos relacionados à constituição dos processos educativos, às formas de comunicação, aos recursos tecnológicos e às condições institucionais presentes nos diferentes espaços de formação. Estudos recentes desenvolvidos por Santos, Stieler e Teixeira (2026) articulam essa discussão da acessibilidade comunicacional e linguística ao revelar que as condições de participação dependem das articulações identificadas entre linguagem, comunicação e organização dos ambientes educativos.

A ampliação progressiva do conceito de acessibilidade evidencia que diferentes dimensões passaram a participar da compreensão das condições de acesso, participação e permanência das pessoas com deficiência. Mais do que ampliar o número de categorias utilizadas para interpretar esse fenômeno, esse percurso aproxima diferentes contribuições produzidas pela literatura e evidencia relações que passam a organizar a acessibilidade nos contextos sociais e educacionais. Essa reorganização conceitual prepara a discussão desenvolvida no tópico seguinte, dedicada à forma como essas diferentes dimensões passaram a ser organizadas pela literatura.

2.2 A Organização das Dimensões da Acessibilidade

A ampliação progressiva do conceito de acessibilidade produziu novas formas de estruturação desse campo de estudos. À medida que diferentes condições de participação

passaram a integrar as discussões sobre inclusão, a literatura reuniu contribuições destinadas a compreender aspectos relacionados à comunicação, às metodologias, aos recursos, às tecnologias e às práticas institucionais. Esse processo correspondeu à necessidade de interpretar diferentes fatores que influenciam as condições de acesso, participação e permanência das pessoas com deficiência nos diversos contextos sociais e educacionais.

Entre as contribuições que sistematizam esse percurso, Sassaki (2009) organiza a acessibilidade em dimensões arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal, reunindo aspectos que até então costumavam ser discutidos de forma dispersa. Essa sistematização evidencia que as condições de participação são influenciadas por diferentes elementos presentes nos espaços sociais. Em direção semelhante, a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) incorpora essa compreensão ao reconhecer que a eliminação de barreiras envolve dimensões comunicacionais, tecnológicas, atitudinais e institucionais articuladas entre si, ampliando o entendimento da acessibilidade para além das adaptações físicas.

A incorporação da acessibilidade aos processos educativos amplia essa reorganização conceitual. Os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem compreendem que currículos, materiais didáticos, estratégias pedagógicas e formas de avaliação devem ser planejados considerando a diversidade dos estudantes desde a concepção das práticas educativas (CAST, 2024). Sebastián-Heredero (2020) desenvolve essa perspectiva ao demonstrar que esse planejamento envolve diferentes formas de representação das informações, múltiplas possibilidades de expressão das aprendizagens e variadas estratégias de engajamento, permitindo que a diversidade deixe de constituir um elemento posterior ao planejamento e passe a orientar sua própria organização.

Na educação superior, especialmente nos processos formativos mediados por tecnologias, essa organização pedagógica depende de condições institucionais que articulem materiais didáticos, mediação da aprendizagem, tecnologias digitais, formas de comunicação e acompanhamento acadêmico. Belloni (2015) demonstra que esses elementos participam conjuntamente do desenvolvimento dos processos educativos, oferecendo o contexto institucional no qual propostas pedagógicas orientadas pelos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem podem ser desenvolvidas. A convergência entre essas contribuições permite compreender que a acessibilidade não decorre apenas da adoção de estratégias pedagógicas inclusivas, mas da articulação entre planejamento pedagógico e organização institucional.

A organização das diferentes dimensões da acessibilidade reúne contribuições que passaram a explicar aspectos específicos das condições de participação das pessoas com

deficiência. Cada dimensão preserva sua especificidade conceitual, enquanto as articulações identificadas entre elas aproximam comunicação, organização pedagógica, tecnologias, recursos institucionais e práticas educativas em torno de um mesmo fenômeno. Essa aproximação permite compreender que a acessibilidade passa a ser constituída pela articulação entre diferentes elementos presentes nos processos educativos, oferecendo uma unidade de interpretação capaz de integrar contribuições produzidas em distintos campos do conhecimento.

2.3 As Relações entre as Dimensões da Acessibilidade nos Processos Educativos

A presença simultânea de diferentes dimensões da acessibilidade nos processos educativos modifica a forma de compreender a organização da educação superior. Comunicação, organização pedagógica, materiais didáticos, tecnologias, mediação da aprendizagem e políticas institucionais passam a participar da mesma experiência formativa, estabelecendo relações que ultrapassam as especificidades de cada dimensão. O foco da análise desloca-se das características particulares desses elementos para a maneira como eles se articulam durante o desenvolvimento dos processos educativos.

Belloni (2015) demonstra que a organização da educação superior, especialmente na modalidade a distância, resulta da articulação entre materiais didáticos, mediação pedagógica, tecnologias digitais, acompanhamento acadêmico e formas de comunicação. Esses elementos constituem um conjunto de relações que organiza a experiência formativa dos estudantes. Quando aproximadas dos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem, essas contribuições permitem compreender que o planejamento pedagógico orientado para a diversidade depende também das condições institucionais responsáveis por sua implementação. Nessa direção, CAST (2024) e Sebastián-Heredero (2020) mostram que currículos, estratégias pedagógicas, recursos didáticos e formas de avaliação passam a ser concebidos de maneira integrada desde o planejamento das ações educativas.

Essa reorganização amplia a compreensão da acessibilidade na educação superior. Recursos tecnológicos deixam de representar exclusivamente instrumentos de apoio; materiais didáticos integram a própria organização das estratégias de ensino; mediação pedagógica, comunicação e acompanhamento acadêmico assumem funções complementares durante o desenvolvimento das experiências formativas. As diferentes dimensões da acessibilidade permanecem preservadas conceitualmente, enquanto as articulações identificadas entre elas passam a constituir um novo campo de interpretação para os processos educativos.

Os diferentes referenciais analisados até aqui indicam que a acessibilidade deixa de ser compreendida pelo somatório de dimensões analisadas separadamente. A articulação entre comunicação, organização pedagógica, tecnologias, materiais didáticos, mediação da aprendizagem e políticas institucionais passa a revelar um conjunto de relações que organiza as condições de acesso, participação e permanência dos estudantes na educação superior. A literatura passa a revelar que as diferentes dimensões da acessibilidade compartilham um mesmo espaço de organização durante os processos educativos. O fenômeno observado deixa de estar concentrado nas características particulares de cada dimensão e passa a manifestar-se nas relações que elas estabelecem ao longo da experiência formativa.

2.4 Da Organização das Dimensões à Acessibilidade como Processo Institucional

A literatura produzida sobre acessibilidade consolidou diferentes formas de compreender as condições de participação das pessoas com deficiência. Ao longo desse percurso, comunicação, organização pedagógica, tecnologias, materiais didáticos, políticas institucionais e mediação da aprendizagem passaram a constituir campos específicos de investigação, produzindo categorias e referenciais destinados à compreensão de aspectos particulares desse fenômeno.

A leitura conjunta desses referenciais evidencia outro aspecto. As diferentes dimensões da acessibilidade não permanecem restritas aos limites conceituais que lhes deram origem. Durante o desenvolvimento da educação superior, elas estabelecem relações permanentes entre si. Recursos tecnológicos participam da mediação da aprendizagem; materiais didáticos dialogam com as estratégias pedagógicas; formas de comunicação influenciam os processos de interação; políticas institucionais orientam decisões que repercutem sobre o planejamento das atividades acadêmicas. A interpretação dessas articulações desloca a atenção das características particulares de cada dimensão para os processos que passam a organizá-las conjuntamente durante a educação superior.

A sistematização proposta por Sassaki (2009) oferece um importante ponto de partida para compreender a diversidade das dimensões da acessibilidade. Essa compreensão aproxima-se da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), ao reconhecer que a eliminação de barreiras depende da atuação simultânea de diferentes condições sociais. No campo educacional, CAST (2024) e Sebastián-Heredero (2020) deslocam essa discussão para o planejamento pedagógico, demonstrando que a diversidade precisa orientar a organização do currículo desde sua concepção. Belloni (2015) desloca essa discussão ao mostrar que materiais didáticos,

tecnologias, mediação pedagógica, comunicação e acompanhamento acadêmico participam conjuntamente da constituição dos processos educativos.

As diferentes formulações presentes na literatura permitem observar que as diferentes dimensões da acessibilidade preservam sua autonomia conceitual, mas passam a compartilhar um mesmo campo de relações durante o desenvolvimento da educação superior. O foco analítico deixa de concentrar-se na descrição de categorias específicas e passa a acompanhar os processos que articulam comunicação, planejamento pedagógico, materiais didáticos, tecnologias, mediação da aprendizagem e políticas institucionais na constituição das experiências formativas. É esse deslocamento que modifica a unidade de análise adotada para compreender a acessibilidade.

A categoria processo institucional decorre da reorganização da unidade de análise adotada para compreender a acessibilidade. As diferentes dimensões preservam sua consistência conceitual e continuam oferecendo referenciais importantes para interpretar aspectos específicos das condições de participação. O fenômeno passa a ser compreendido pelas articulações identificadas entre comunicação, organização pedagógica, tecnologias, materiais didáticos, mediação da aprendizagem e políticas institucionais durante a constituição dos processos educativos. A acessibilidade deixa de ser investigada pelas características particulares de cada dimensão e passa a ser interpretada pelas relações que organizam sua constituição na educação superior.

3 A ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A educação superior articula processos acadêmicos, pedagógicos e administrativos que participam simultaneamente das condições de acesso, participação e permanência dos estudantes. Planejamento pedagógico, comunicação institucional, produção de materiais didáticos, mediação da aprendizagem, recursos tecnológicos e acompanhamento acadêmico integram a mesma experiência formativa, estabelecendo articulações que ultrapassam as funções específicas atribuídas a cada um desses elementos. A acessibilidade manifesta-se no modo como essas articulações se constituem durante a dinâmica institucional da educação superior.

Estudos dedicados à educação superior, à educação a distância, à educação bilíngue, à acessibilidade comunicacional e ao planejamento pedagógico mostram que as condições de participação dos estudantes resultam de decisões distribuídas por diferentes instâncias da

instituição. A leitura integrada desses estudos revela que a educação superior oferece um contexto privilegiado para compreender a acessibilidade como processo institucional. As condições de acesso, participação e permanência resultam da articulação contínua entre decisões acadêmicas, pedagógicas e administrativas que estruturam o funcionamento institucional.

3.1 Políticas Institucionais e Organização da Acessibilidade

A organização da educação superior se estrutura por decisões distribuídas por diferentes instâncias acadêmicas e administrativas. Regulamentos, planejamento institucional, definição de responsabilidades, oferta de recursos, formação de profissionais e acompanhamento das práticas educativas participam conjuntamente da constituição das condições de acesso, participação e permanência dos estudantes. A acessibilidade passa a integrar esse conjunto de decisões e integra a forma como a instituição organiza seus processos formativos.

Santos e Freitas (2020, p.109) observam que a promoção da acessibilidade na educação superior envolve ações relacionadas ao acesso, à permanência e à participação dos estudantes, articuladas ao planejamento de recursos, serviços e materiais destinados ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Essa compreensão redefine o papel tradicionalmente atribuído às políticas institucionais, que deixam de representar exclusivamente instrumentos normativos e orientam decisões que alcançam diferentes dimensões da vida acadêmica. A responsabilidade institucional pela acessibilidade distribui-se entre setores administrativos, equipes pedagógicas, serviços de apoio e diferentes espaços responsáveis pela organização da formação universitária.

Quando observadas nessa perspectiva, as políticas institucionais deixam de ser compreendidas como um conjunto de documentos responsáveis por regulamentar a inclusão e integram a constituição dos próprios processos educativos. Planejamento pedagógico, comunicação institucional, recursos tecnológicos, materiais didáticos, mediação da aprendizagem e acompanhamento acadêmico estabelecem articulações permanentes durante a organização da formação dos estudantes. A acessibilidade passa a acompanhar essas relações, integrando o funcionamento cotidiano da instituição e deixando de concentrar-se em ações desenvolvidas de maneira isolada.

O planejamento pedagógico constitui um dos espaços em que essas diretrizes institucionais se materializam de forma mais evidente. É nele que decisões relacionadas ao currículo, às estratégias de ensino, aos materiais didáticos e às formas de mediação passam a

incorporar as condições necessárias para o acesso, a participação e a permanência dos estudantes durante o desenvolvimento dos processos formativos.

3.2 Organização Pedagógica e Processos Educativos

Os processos educativos desenvolvidos na educação superior dependem de decisões relacionadas ao planejamento, à mediação da aprendizagem, à produção de materiais didáticos e às formas de acompanhamento acadêmico. A organização pedagógica articula essas diferentes decisões e orienta sua articulação ao longo da formação. A acessibilidade passa a integrar essa organização à medida que diferentes condições de participação são consideradas durante o planejamento das atividades de ensino e aprendizagem.

Na educação superior, o planejamento pedagógico envolve escolhas relacionadas ao currículo, às metodologias, aos recursos educacionais e às formas de interação estabelecidas entre docentes, estudantes e tecnologias. Belloni (2015) compreende que a constituição dos processos educativos na educação a distância articula materiais didáticos, mediação pedagógica, tecnologias digitais e acompanhamento acadêmico, indicando que esses elementos participam conjuntamente da constituição das experiências de aprendizagem. Essa interpretação aproxima a acessibilidade das decisões pedagógicas desenvolvidas ao longo do percurso formativo.

Os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem orientam esse planejamento ao orientar o planejamento de currículos, estratégias, recursos e formas de participação compatíveis com a diversidade dos estudantes desde a concepção das práticas educativas (Cast, 2024). A acessibilidade acompanha esse planejamento ao integrar decisões relacionadas às formas de comunicação, aos recursos didáticos, às tecnologias e às possibilidades de participação desenvolvidas durante o processo educativo.

A organização pedagógica aproxima políticas institucionais, planejamento curricular, mediação da aprendizagem e recursos educacionais em um mesmo conjunto de práticas voltadas ao desenvolvimento da formação acadêmica. Essa articulação desloca a discussão sobre os recursos comunicacionais, tecnológicos e didáticos que participam da organização da acessibilidade na educação superior.

3.3 Mediação Pedagógica, Comunicação e Acompanhamento Acadêmico

O desenvolvimento dos processos educativos continua após o planejamento das atividades acadêmicas. Durante o desenvolvimento da formação, docentes, tutores, equipes de apoio e estudantes desenvolvem interações que acompanham a construção das aprendizagens e a participação nas diferentes experiências formativas. A acessibilidade manifesta-se nesse percurso por meio das formas de comunicação, da mediação pedagógica, do acompanhamento acadêmico e das interações que sustentam o cotidiano da educação superior.

Belloni (2015) compreende a mediação pedagógica como um dos elementos constitutivos da educação superior, especialmente na modalidade a distância, ao destacar que materiais didáticos, tecnologias, acompanhamento acadêmico e comunicação integram um mesmo processo educativo. Essa perspectiva demonstra que a acessibilidade ao demonstrar que as condições de participação dos estudantes não dependem exclusivamente da disponibilização de recursos ou tecnologias, mas das articulações identificadas durante o desenvolvimento da formação acadêmica.

A acessibilidade comunicacional acompanha esse processo ao favorecer condições para que diferentes estudantes participem das atividades acadêmicas em igualdade de oportunidades. Recursos linguísticos, tecnologias assistivas, materiais acessíveis e estratégias de comunicação integram a mediação da aprendizagem, estabelecendo relações permanentes entre docentes, estudantes e instituição. Santos, Stieler e Teixeira (2026) aproximam essa discussão ao evidenciar que a comunicação acessível constitui uma condição necessária para a participação nos processos educativos, particularmente em contextos marcados pela diversidade linguística e comunicacional.

A articulação entre mediação pedagógica, comunicação e acompanhamento acadêmico evidencia que a acessibilidade acompanha continuamente o desenvolvimento da formação universitária. O conjunto dessas interações reúne planejamento pedagógico, comunicação, tecnologias, acompanhamento acadêmico e práticas educativas em torno das condições de acesso, participação e permanência dos estudantes, permitindo compreender a acessibilidade pela organização das experiências formativas na educação superior.

3.4 A Articulação dos Elementos Constitutivos da Acessibilidade

As experiências formativas desenvolvidas na educação superior articulam decisões acadêmicas, pedagógicas e administrativas que atuam simultaneamente na organização das

condições de acesso, participação e permanência dos estudantes. Políticas institucionais, planejamento pedagógico, mediação da aprendizagem, comunicação, tecnologias, materiais didáticos e serviços de apoio participam do mesmo processo educativo, constituindo articulações permanentes durante o desenvolvimento da formação universitária. A acessibilidade manifesta-se na articulação entre esses diferentes elementos e acompanha o funcionamento cotidiano da instituição.

Chahini (2006) observa que a promoção da acessibilidade depende da integração entre sistemas, programas, planejamento institucional, recursos e práticas educativas, indicando que as condições de aprendizagem resultam da atuação conjunta de diferentes setores da instituição. Santos e Freitas (2020, p.108) articulam essa discussão da educação superior ao demonstrar que políticas institucionais, serviços especializados e organização pedagógica compartilham responsabilidades relacionadas ao acesso, à permanência e à participação dos estudantes. Essas contribuições revelam que a acessibilidade acompanha processos institucionais que se desenvolvem de forma contínua e articulada.

As articulações observadas entre esses diferentes elementos permitem compreender que a acessibilidade não se restringe à presença de recursos específicos nem à atuação isolada de determinados setores institucionais. As condições de participação dos estudantes resultam da articulação entre decisões acadêmicas, planejamento pedagógico, comunicação, mediação da aprendizagem, recursos tecnológicos e práticas educativas que acompanham o desenvolvimento da formação universitária. O fenômeno deixa de ser observado em ações particulares e passa a revelar o modo como diferentes instâncias da educação superior organizam conjuntamente os processos educativos.

A categoria processo institucional encontra nesse conjunto de relações seu principal fundamento analítico. As diferentes dimensões da acessibilidade preservam sua especificidade conceitual, enquanto sua articulação oferece uma unidade de análise orientada pelas relações que organizam a educação superior. A organização da educação superior evidencia que a acessibilidade não se manifesta em decisões tomadas isoladamente, mas na articulação entre diferentes processos acadêmicos, pedagógicos e administrativos. É nessa dinâmica institucional que a categoria processo institucional encontra sua expressão na educação superior, permitindo compreender a acessibilidade pelas relações que organizam as experiências formativas.

4 METODOLOGIA

O problema investigado neste estudo exigiu um percurso metodológico capaz de interpretar referenciais produzidos em diferentes campos do conhecimento, considerando que a construção conceitual da acessibilidade reúne referenciais provenientes da educação, da educação especial, da educação superior, da educação a distância, da educação bilíngue de surdos e das políticas públicas. Essa característica orientou a realização de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, desenvolvida por meio de revisão narrativa da literatura e análise interpretativa da produção científica dedicada à acessibilidade na educação superior (Minayo, 2014). A revisão narrativa revelou-se compatível com esse objetivo ao integrar referenciais teóricos provenientes desses diferentes campos em torno do problema investigado.

O levantamento bibliográfico concentrou-se em obras dedicadas à acessibilidade, à educação superior, à educação especial, à educação a distância, à educação bilíngue de surdos e à constituição dos processos educativos, complementadas por documentos legais e normativos relacionados às políticas de inclusão. A seleção das referências considerou a pertinência de cada obra para compreender as convergências identificadas entre as diferentes dimensões da acessibilidade na organização da educação superior. Conforme Gil (2008), a pesquisa bibliográfica possibilita examinar interpretações produzidas em diferentes contextos, favorecendo novas interpretações analíticas entre referenciais já consolidados.

A análise desenvolveu-se por meio de leituras sucessivas das obras selecionadas, buscando compreender como diferentes autores organizaram conceitualmente a acessibilidade e quais relações estabeleceram entre suas dimensões na educação superior. O interesse da investigação concentrou-se na análise das articulações recorrentes identificadas entre políticas institucionais, organização pedagógica, comunicação, tecnologias, materiais didáticos, mediação da aprendizagem e práticas acadêmicas, tomando essas relações como unidade de análise para compreender a acessibilidade na educação superior. Esse percurso interpretativo observou convergências conceituais que ultrapassam os limites das diferentes áreas do conhecimento e compartilham uma mesma unidade de análise.

A análise das obras orientou-se pelas articulações identificadas entre os diferentes conceitos mobilizados pela literatura. A unidade de análise foi construída ao longo do percurso interpretativo, à medida que diferentes referenciais passaram a convergir para um mesmo conjunto de relações que organizam a educação superior. A interpretação dessas convergências conduziu à constituição da categoria processo institucional, que articula referenciais provenientes por diferentes campos do conhecimento em torno de uma mesma unidade de

análise. Sua formulação decorre das convergências identificadas ao longo do percurso investigativo e fundamenta a interpretação desenvolvida nas seções seguintes.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os diferentes referenciais analisados ao longo desta investigação compartilham uma mesma unidade de análise quando interpretados pelas articulações que constituem a educação superior. Políticas institucionais, organização pedagógica, comunicação, tecnologias, materiais didáticos, mediação da aprendizagem e práticas acadêmicas preservam sua especificidade conceitual e são compreendidas pelas interdependências que desenvolvem durante a constituição dos processos educativos.

A reorganização da unidade de análise inaugura um novo campo de investigação sobre a acessibilidade ao orientar a análise para os processos que articulam decisões acadêmicas, pedagógicas e institucionais em torno das condições de acesso, participação e permanência dos estudantes. A categoria processo institucional decorre desse percurso interpretativo ao integrar, em uma mesma unidade de análise, referenciais produzidos pela educação superior, educação especial, educação bilíngue, educação a distância e Desenho Universal para a Aprendizagem.

5.1 Contribuições Teóricas da Categoria Processo Institucional para os Estudos sobre Acessibilidade

A principal contribuição teórica desta investigação consiste em interpretar as diferentes dimensões da acessibilidade por uma mesma unidade de análise, orientada pelas interdependências que estruturam a educação superior. Políticas institucionais, organização pedagógica, comunicação, tecnologias, materiais didáticos, mediação da aprendizagem e práticas acadêmicas preservam sua especificidade conceitual e são compreendidas pelas interações que estabelecem na constituição das condições de acesso, participação e permanência dos estudantes.

A reorganização da unidade de análise desloca a investigação das características particulares de cada dimensão para os processos que articulam sua atuação na educação superior. O interesse analítico concentra-se na forma como políticas institucionais, organização pedagógica, comunicação, tecnologias, materiais didáticos, mediação da aprendizagem e práticas acadêmicas participam conjuntamente da constituição das experiências formativas. As categorias consolidadas pela literatura permanecem preservadas; o deslocamento ocorre na

forma de interpretá-las pela dinâmica compartilhada que assumem durante os processos educativos.

A reorganização da unidade de análise introduz novas possibilidades para a investigação da acessibilidade na educação superior ao aproximar estudos tradicionalmente desenvolvidos a partir de referenciais específicos. Pesquisas voltadas às políticas institucionais, ao planejamento pedagógico, à comunicação, às tecnologias e às práticas acadêmicas compartilham um mesmo fenômeno investigativo, consolidando o diálogo entre diferentes campos do conhecimento e produzindo novas interpretações sobre a acessibilidade na educação superior.

5.2 Implicações da Categoria "Processo Institucional" para a Pesquisa em Educação Superior

A categoria processo institucional reorienta a investigação sobre a acessibilidade na educação superior ao interpretar, por uma mesma unidade de análise, dimensões tradicionalmente examinadas de forma independente. Políticas institucionais, organização pedagógica, comunicação, tecnologias, materiais didáticos, mediação da aprendizagem e práticas acadêmicas permanecem como objetos relevantes de investigação, enquanto suas articulações constituem um novo horizonte analítico para compreender as condições de acesso, participação e permanência dos estudantes.

As diferentes dimensões da acessibilidade permanecem como referenciais consolidados para a investigação da acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática, atitudinal, digital e linguística. A originalidade da categoria processo institucional concentra-se na interpretação dessas dimensões pelas interdependências que estruturam a educação superior. A análise desloca-se das categorias isoladas para os processos que articulam sua atuação durante a constituição das experiências formativas.

A produção científica sobre acessibilidade também se reorganiza a partir dessa unidade de análise. Estudos dedicados às políticas institucionais, ao planejamento pedagógico, à mediação da aprendizagem, aos materiais didáticos, às tecnologias educacionais e à comunicação compartilham um mesmo horizonte investigativo, orientado pelas articulações entre esses diferentes elementos. O interesse analítico concentra-se na compreensão de como essas articulações participam conjuntamente da constituição das experiências formativas.

O diálogo entre diferentes campos do conhecimento constitui outra implicação decorrente dessa unidade de análise. Educação, educação especial, educação bilíngue, educação a distância, comunicação, tecnologias educacionais e políticas institucionais preservam seus

referenciais teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que compartilham um problema comum de investigação: compreender como processos acadêmicos, pedagógicos e institucionais organizam as condições de acesso, participação e permanência dos estudantes na educação superior. Essa convergência fortalece o diálogo entre diferentes perspectivas investigativas e favorece novas interpretações sobre a acessibilidade na educação superior.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção científica sobre acessibilidade consolidou diferentes dimensões voltadas à compreensão das condições de acesso, participação e permanência das pessoas com deficiência em diferentes contextos sociais e educacionais. O percurso interpretativo desenvolvido nesta investigação evidencia que essas dimensões convergem na forma como a educação superior estrutura seus processos, possibilitando compreendê-las por uma mesma unidade de análise.

A categoria processo institucional decorre dessa reorganização da unidade de análise e concentra sua contribuição na interpretação da acessibilidade pelas articulações entre políticas institucionais, organização pedagógica, comunicação, tecnologias, materiais didáticos, mediação da aprendizagem e práticas acadêmicas. O foco da investigação desloca-se das características particulares de cada dimensão para os processos que organizam as experiências formativas na educação superior.

A reorganização da unidade de análise inaugura novas possibilidades de investigação sobre a acessibilidade na educação superior ao articular campos do conhecimento que tradicionalmente desenvolveram análises a partir de referenciais específicos. Educação superior, educação especial, educação bilíngue, educação a distância, comunicação, tecnologias educacionais e políticas institucionais preservam suas especificidades teóricas, enquanto compartilham um mesmo horizonte investigativo orientado pelas articulações que organizam as condições de acesso, participação e permanência dos estudantes.

A interpretação desenvolvida ao longo desta investigação articula referenciais produzidos por diferentes campos do conhecimento e demonstra que a acessibilidade pode ser compreendida pelas articulações que estruturam a educação superior. Essa leitura integra políticas institucionais, organização pedagógica, comunicação, tecnologias, materiais didáticos, mediação da aprendizagem e práticas acadêmicas em torno de uma mesma unidade de análise, consolidando uma nova perspectiva para os estudos sobre acessibilidade.

A acessibilidade deixa de ser compreendida como a soma de dimensões independentes para ser interpretada como um processo institucional constituído pelas articulações que organizam a educação superior.

A categoria processo institucional constitui um programa de investigação capaz de orientar estudos dedicados a diferentes níveis, modalidades e contextos educacionais. Sua adoção favorece interpretações que articulam políticas institucionais, processos formativos e experiências educacionais em torno de uma mesma unidade de análise, ampliando o diálogo entre diferentes campos do conhecimento e contribuindo para o desenvolvimento dos estudos sobre acessibilidade na educação superior.

REFERÊNCIAS

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 26 ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

CAST. **Universal Design for Learning Guidelines version 3.0**. Wakefield, MA: CAST, 2024. Disponível em: <https://udlguidelines.cast.org/>. Acesso em: 9 jul. 2026.

CHAHINI, Thelma Helena Costa. **Os desafios do acesso e da permanência de pessoas com necessidades especiais nas instituições de educação superior de São Luís-MA**. 2006. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

SANTOS, Ivete Maria dos; FREITAS, Ana Lúcia Amaral. Políticas institucionais de inclusão no ensino superior. In: RIBEIRO, Solange Lucas; DUBOC, Maria José Oliveira; SOUZA, Lucimêre Rodrigues de (org.). **Políticas e práticas da educação inclusiva**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2020. p. 107-127. DOI: <https://doi.org/10.7476/9786589524922.0006>.

SANTOS, Enilda Toledo dos; STIELER, Rosane Aparecida; TEIXEIRA, Wilton Dourado. A língua que fala ao coração: inclusão e acessibilidade ao alcance de todos. **Research, Society and Development**, v. 15, n. 6, e7115651289, 2026. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v15i6.51289>

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2009.

SEBASTIÁN-HEREDERO, Eladio. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 26, n. 4, p. 733-768, 2020.